

HEGEMONIA A QUALQUER CUSTO: NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO COMO EXPRESSÃO DE UMA GUERRA TOTAL

HEGEMONY AT ANY COST: NEOLIBERALISM AND GLOBALIZATION AS EXRESSION OF TOTAL WAR

*Ricardo Prestes Pazello**

SUMÁRIO: Introdução 1. Um problema de método: introdução à globalização como um fenômeno que expressa a realidade total. 2. Um problema econômico: a mundialização do capital. 3. Um problema histórico: o neoliberalismo. 3.1. Uma história de consentimento sem consentimentos. 3.2. Uma história de contradição entre a teoria e a pragmática. 4. Um problema geopolítico: a ordem global. 4.1. A guerra total e a hegemonia a qualquer custo. Um problema de alternativas: considerações críticas. Referências

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo reavaliar os problemas que envolvem neoliberalismo e globalização sob o primado da crítica da hegemonia a qualquer custo. Conceber um mundo pós-neoliberal implica compreender os fatores históricos, econômicos e geopolíticos que ainda prevalecem, em especial em contextos de capitalismo periférico nos quais o horizonte o democrático continua sendo um desafio, mesmo que discursos universalizantes como o dos direitos humanos também aí incidam. **Palavras-chave:** Neoliberalismo. Globalização. Geopolítica. Democracia.

ABSTRACT: This article aims to reassess the problems involving neoliberalism and globalization under the critical perspective of hegemony at any cost. Conceive a post-neoliberal world involves understanding the historical, economic and geopolitical elements still prevailing, especially in the context of peripheral capitalism in which a democratic horizon remains a challenge, even as the universalizing discourses of human rights incur continuously.

Keywords: Neoliberalism. Globalization. Geopolitics. Democracy.

INTRODUÇÃO

Pensar a contemporaneidade é sempre um desafio, pois encontrar-se no seio de seu desenvolvimento dificulta a compreensão dos fenômenos que serão vistos com mais clareza no futuro. Entretanto, não

* Professor de Antropologia Jurídica no curso de Direito da UFPR, doutorando em Relações Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Direito de UFPR.

nos é dado desistir de fazê-lo. Os problemas do neoliberalismo e da globalização – termos, a um só tempo, chave e chavões de nosso tempo presente – precisam ser encarados em conformidade com os condicionantes fenomênicos que os moldam. Para nós, não podem ser percebidos dissociadamente, assim como suas dimensões não podem ser consideradas de forma estática. Contudo, é possível destacar aspectos delimitados. Um deles, a nosso ver, é a relação entre economia e geopolítica, a qual parece atravessar toda a compreensão de que seja o mundo globalizado neoliberal.

Talvez esta relação geopolítica tenha sido intuído pela arguta teoria de Carl Schmitt: “a distinção especificamente política a que podem reportar-se as ações e os motivos políticos é a discriminação entre amigo e inimigo” (SCHMITT, 1992, p. 51). E mais: “a guerra ainda hoje está presente como possibilidade real, único requisito para a distinção entre amigo e inimigo e para o reconhecimento do político” (SCHMITT, 1992, p. 62).¹

Não faremos aqui uma reflexão de teoria política, mas antes de política aplicada às noções de neoliberalismo e globalização, sob o fio condutor da guerra total. Nossa modesta contribuição a esta reflexão pretende demonstrar que a lógica neoliberal compartilha das diretrizes do imperialismo clássico (ainda que não venhamos a nos deter nisso) e que sua grande demonstração é a “arte da guerra” como arsenal privilegiado ainda hoje de busca pela hegemonia total.

1 UM PROBLEMA DE MÉTODO: INTRODUÇÃO À GLOBALIZAÇÃO COMO UM FENÔMENO QUE EXPRESSA A REALIDADE TOTAL

Antes de mais, é preciso compreender o fenômeno da globalização como uma totalidade, ainda que seja necessário observá-lo também conforme suas mediações. Daí ser possível enumerar as dimensões da globalização: a) política; b) social; c) ambiental; d) cultural; e e) econômica.

¹ Nós indicamos, aqui, a perspectiva schmittiana como mero exemplo de visão de mundo impactada por este conjunto de fenômenos. A obra de Schmitt é muito vasta e envolve polêmicas, porém, que estão distantes de nossas preocupações em sede deste ensaio.

A totalidade concreta é uma “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976, p. 35). O fenômeno da globalização deve ser compreendido como tal. Esta realidade, portanto, deve ser entendida como algo muito mais complexo do que a divisão social do trabalho intelectual determinou em nossa história recente.

Aportar uma perspectiva de totalidade não é empreendimento de fácil aceitação, até porque a própria noção – “totalidade” – apresenta aspectos aparentes que costumam ser mal interpretados. Sob a ótica da qual partimos, “totalidade não significa todos os fatos” (KOSIK, 1976, p. 35), até porque não devemos ter a ilusão de que o mapa perfeito é possível. Estamos nos referindo a uma representação que tem por lastro a totalidade concreta, sob pena de ensejarmos, de modo contrário, uma análise abstrata.

Mesmo que haja um contínuo influxo que procure desacreditar qualquer abordagem de totalidade, parece-nos ser importante acentuar esta necessidade teórica, ainda que isto não implique perder de vista que toda totalidade impescinda de mediações para ser estudada. No caso da globalização, isto fica mais evidente na medida em que já é reincidente a prática de separá-la em dimensões isoladas umas das outras. Se há um limite à abordagem de totalidade, este se desfaz com o impulso filosófico de procura de mediações, como as que citamos anteriormente.

Referidas dimensões são inextricáveis, ou seja, no mundo da vida não podem ser cindidas. Ocorre, porém, que uma de suas facetas predomina no que tange à própria produção da vida – a econômica. Por isso, é necessária a seguinte observação:

É importante ressaltar, primeiramente, que a interpretação das dimensões da globalização foi realizada de forma separada por motivos meramente didáticos, a fim de facilitar a exposição. Obviamente, [...] cada uma das dimensões encontra-se imbricada na outra. Todavia, o viés econômico será o fio condutor da globalização, eis que o seu advento gerou, em todas as suas dimensões, o fenômeno da globalização, frise-se, este compreendido como *uma crescente interconexão em vários níveis da vida cotidiana a diversos lugares longínquos no mundo* (LIMA, 2002, p. 139).

Daí compreendermos a estreita vinculação entre a globalização e os aspectos caracterizadores do neoliberalismo e da subordinação geopolítica. Não há que se recusar a existência de uma multiplicidade de condicionantes, portanto, ainda que isto não queira dizer, de modo rasteiro, que os impactos econômicos ocasionados pelo fenômeno globalizacional não se faça sentir peculiarmente.

Nesse sentido, deve-se abordar o fenômeno da mundialização/globalização do capital tendo em vista, o mais possível, os vários condicionantes de sua dinâmica. Dessa forma, aqui apresentar-se-á a questão a partir de quatro enfoques: econômico; histórico (da teoria e da pragmática); geopolítico (com ênfase à questão da guerra total); e crítico (busca por alternativas).

2 UM PROBLEMA ECONÔMICO: A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

O centro do fenômeno da globalização é o problema econômico. Como diria Chesnais:

A mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e *só a elas*. [...]

A mundialização é o resultado de *dois* movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas *distintos*. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p. 32-34).

Dessa forma, a problemática tal qual colocada aqui leva à discussão sobre o modo de produção capitalista. Todos os críticos da globalização – que será caracterizada a partir daqui de *neoliberal* – acentuam uma aproximação, em níveis diversos, com a crítica à economia política de Marx. No entanto, também enfatizam que a forma do capital descrita no século XIX e início do século não consegue dar

conta de explicar o capitalismo mundializado do fim do século XX e início do século XXI.

Por isso é que se passa a dar realce à nova organização do modo de produção capitalista, em especial porque centralizada nas chamadas empresas trans ou multinacionais e de acordo com uma nova divisão internacional do trabalho.

De acordo com Chesnais, as multinacionais podem se caracterizar por serem grandes empresas inseridas num processo de centralização e concentração do capital, com uma origem nacional, adquirindo a forma jurídica do *holding*. Controversa aqui seria a necessidade de visualização de filiais, como também suas estratégias principais. As filiais, entretantes, se fragmentam em suas atividades e as estratégias se especializam, rumando para um tipo específico. Dessa forma, quatro seriam as estratégias diretivas das multinacionais, sendo as três primeiras as tradicionais e a última a caracterizadora de um novo tipo:

- a) provisionamento: de setor primário;
- b) mercado: estabelecimentos intermediários;
- c) produção racionalizada: produção em escala global, com as montadoras;
- d) tecno-financeira: baseada em ativos intangíveis das companhias.

Grosso modo, seria isso o que iria representar o primeiro movimento da mundialização do capital, ligada à acumulação de capital. Nessa esteira, viria a necessidade de uma nova divisão internacional do trabalho, uma vez que a produção e as finanças se transnacionalizavam, destacando-se pela fragmentação e dispersão de seu processo produtivo (DUPAS, 2000, p. 14 e seg.). Assim é que as multinacionais surgiriam como grupos, tradicionalmente industriais ou não, dotados de protagonismo no cenário econômico e portadoras de poder político oriundo de sua hegemonia econômica.

Esta nova configuração do poder econômico e político daria ensejo àquilo que Bourdieu consideraria como sendo “estratégias de precarização”, englobando um projeto político e não uma espontaneidade economicista. Daí a junção dos termos flexibilidade e exploração nesse novo momento do capitalismo, dando ensejo à interessante noção de “flexploração”, uma “gestão racional da insegurança” conforme um “regime político” próprio (BOURDIEU, 1998, p. 125).

Eis aí a corporificação do movimento da mundialização do capital, já que a sua “acumulação primitiva” também é fruto de uma vontade política. E esta vontade é uma verdadeira utopia de destruição dos coletivos, fazendo uma aposta consciente no indivíduo e no mercado consumista (BOURDIEU, 1998, p. 135 e seg.). A esta política utópica chamou-se neoliberalismo, a partir do qual se pode observar todo um receituário econômico e uma investida geopolítica nas finalidades econômicas das realidades sociais do último meado do século XX.

3 UM PROBLEMA HISTÓRICO: O NEOLIBERALISMO

O fenômeno da mundialização do capital ganha forma histórica com a propulsão da teoria neoliberal na década de 1970 para o centro do debate acerca da organização da produção e do estado. O projeto neoliberal, portanto, é o principal “ator” que pode ser considerado na virada das concepções econômicas e organizativas do capitalismo mundializado do século XX.

3.1 Uma história de consentimento sem consentimentos

Conforme a maior parte dos autores destaca, a construção do consentimento é nodal para o estabelecimento do neoliberalismo como padrão de organização político-econômica do final do século. É o que dizem Chomsky e Harvey, como também o diz Perry Anderson:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a sua normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. A tarefa de seus

opositores é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes. Apenas não há como prever quando ou onde vão surgir. Historicamente, o momento de virada de uma onda é uma surpresa (ANDERSON, 1996, p. 23).

A hegemonia que se extrai do discurso acima é denunciada por Chomsky como um consentimento sem consentimento, na verdade um consenso forjado pela arregimentação da opinião pública. A democracia, aqui, passa a ser um discurso que serve para controlar a opinião dos governados. Eis o exacerbamento da função dos meios de comunicação e de toda a indústria cultural, com relevo para a propaganda. O excesso de democracia passa a ser criticado e surge um novo conjunto de idéias decretando o fim da história, assim como ocorrera na década de 1890 ou nos de 1920.

Para Harvey, vale o mesmo conteúdo desta crítica. Aplicando-o aos contextos estadunidense e britânico, consegue ele encontrar uma íntima relação com o ideário pós-moderno, o qual passa a exercer forte influência sobre instituições formadoras de consensos, como as universidades, as escolas, as igrejas e as associações profissionais, assim como sobre as organizações sindicais. Aqui, o neoliberalismo se funde com uma visão pós-moderna de mundo e que facilmente se concilia com a promessa de gozo ilimitado oferecida pela globalização.

Este ímpeto por atingimento de hegemonia ou consenso, para lembrar descuidadamente das lições de Gramsci, deve ser visto, porém, como que inserido em uma história própria, com desenvolvimentos característicos do projeto neoliberal, que colocaria sob a mesma mira histórica, o estado e o mercado.

3.2 Uma história de contradição entre a teoria e a pragmática

Como se lê na obra dos teóricos da globalização, como Ianni, esta é um fenômeno que evoca metáforas. Com o neoliberalismo poder-se-ia dizer o mesmo. Isto porque de um lado se reclama a metáfora da “mão invisível”, enunciada pela economia política clássica de Adam Smith, e por outro se busca um novo signo que represente uma ciência econômica de novo tipo, vale dizer, a economia neoclássica, que quer superar Smith e Ricardo e ao fazê-lo pretende também superar Marx e sua crítica à economia política.

No entanto, esta junção entre o liberalismo smithiano e a escola neoclássica se torna contraditória porque deixa de lado vários postulados do liberalismo clássico assim como recoloca a questão da economia moderna, em termos de superação do keynesianismo.

O neoliberalismo se funda na globalização do mercado e aparece como reação ao estado de bem-estar social oriundo do pós-guerra. Em termos geopolíticos, já em 1944 estão postas as bases para a virada neoliberal, especificamente com os acordos de Bretton Woods, que preconizavam: a) o livre comércio em detrimento do protecionismo; b) o financiamento externo dos países que sofriam problemas de curto prazo; c) reconstrução do pós-guerra.

No âmbito da ordem global, se colocava o receituário do Consenso de Washington, que se extremaria a partir dos anos de 1980, consignando: a) fim da inflação; b) privatizações; c) mercado regulando a sociedade.

Ainda historicamente, surge em 1947 a Sociedade Mont Pèlerin, na qual se encontravam pensadores que viriam a ser conhecidos como os pais do neoliberalismo, como Hayek, Friedman, Mises e até mesmo Popper.

Todos estes são fatos de enorme repercussão nas esferas das relações internacionais, em especial quanto ao surgimento de blocos econômicos e instituições internacionais.

De acordo com Harvey, por seu turno, quatro seriam os principais fatos históricos para a implementação efetiva do neoliberalismo: a guinada na política econômica chinesa pós-Mao, tornando-se um sistema de socialismo de mercado (1978); a mudança no comando do Banco Central dos EUA, por parte de Paul Volcker (1979); a eleição de Margaret Thatcher como primeira-ministra na Grã-Bretanha (1979); e, por fim, a eleição de Ronald Reagan, como presidente dos EUA (1980).

Assim é que o neoliberalismo poderia aparecer com a seguinte definição:

uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2008, p. 12).

Trata-se de um discurso que tem “paixão pelos mercados livres” (CHOMSKY, 2002), mas que se pôde gestar muito bem com a experiência-piloto do neoliberalismo chileno de Pinochet, ou seja, um mercado livre dentro de uma sociedade politicamente organizada ditatorialmente.

A virada neoliberal, em termos históricos, ocorreu por decorrência da crise de estagflação do estado intervencionista, superando inclusive as respostas a esta crise que iam ao sentido de um aprofundamento do controle estatal. A liberdade de mercado vence e a teoria neoliberal se hegemoniza.

Como momentos representativos do pensamento neoliberal, pode-se destacar a ode às forças espontâneas da sociedade e à concorrência, por parte de Hayek (1990); e a liberdade política condicionada à liberdade econômica, prevalecendo uma esfera pública minimizada e a sobreposição do valor “liberdade” (em geral, do comércio e do mercado) sobre o valor “democracia”, conforme Friedman (s. d.). O primeiro, representante da escola austríaca; o segundo, da escola de Chicago.

Ainda conforme Harvey, trata-se este ascenso de uma reconfiguração do poder de classe. Dentro do capitalismo, o capital financeiro angariaria preponderância progressiva sobre o capital meramente produtivo.

Assim, conforme de la Garza Toledo, completa-se a genealogia do estado capitalista, saindo do liberal, passando pelo social e chegando ao neoliberal e suas formas localizadas, geralmente autoritárias, nos países periféricos (GARZA TOLEDO, 1995).

Eis que resta construída, em seus princípios gerais, a doutrina neoliberal. No entanto, padeceria ela de fortes contradições em sua realização pragmática, como asseveram seus intérpretes. Nas palavras de David Harvey:

há toda uma série de contradições mais específicas que merecem destaque:

1. De um lado, espera-se que o Estado neoliberal assumira um poder secundário e simplesmente monte o cenário para as funções de mercado. Porém, de outro, espera-se que ele seja ativo na criação de um clima de negócios favorável e se comporte como entidade competitiva na política global. Neste último papel, ele tem de funcionar como corporação coletiva, o que evoca o problema de como garantir a lealdade dos cidadãos. O nacionalismo é uma resposta

óbvia, mas é profundamente antagônico ao programa neoliberal. [...]

2. O autoritarismo na colocação em prática do mercado não combina muito com ideais de liberdades individuais. Quanto mais o neoliberalismo se inclina para aquele, tanto mais difícil se torna manter sua legitimidade com relação a estes últimos, e tanto mais ele tem de revelar suas nuances antidemocráticas. [...]

3. Embora possa ser essencial preservar a integridade do sistema financeiro, o individualismo irresponsável e auto-engrandecedor de operadores no seu âmbito produz volatilidade especulativa, escândalos financeiros e instabilidade crônica. [...]

4. Embora as virtudes da competição recebam prioridade máxima, a realidade mostra uma crescente consolidação de poder oligopolista, monopolista e transnacional nas mãos de umas poucas corporações multinacionais centralizadas. [...]

5. No nível popular, o ímpeto para as liberdades de mercado e a mercadificação de tudo pode sair bem facilmente do controle e produzir incoerência social. A destruição de formas de solidariedade social e mesmo, como sugeriu Thatcher, da própria idéia de sociedade deixa na ordem social um imenso hiato. Torna-se então peculiarmente difícil combater a anomia e o controle dos comportamentos anti-sociais resultantes, como a criminalidade, a pornografia ou a virtual escravização de outras pessoas (HARVEY, 2008, p. 89-91).

Também Chomsky acentua estas incoerências, mostrando que entre doutrina e realidade há um enorme fosso. O protecionismo exercido pelo governo estadunidense no que tange a sua economia e seu profuso déficit democrático, evidente em várias situações, desde o NAFTA até a intervenção no Haiti, fazem com que o autor ressalte a existência de grande desigualdade social dentro dos EUA mesmo, assim como seu apelo constante a uma economia de guerra (expressa nas bases norte-americanas espalhadas pelo mundo), de resto também é contundentemente denunciada por John Saxe-Fernández (2005).

Em resumo, pode-se apontar para as obscuridades teóricas acerca do monopólio, do protecionismo imperial, da intervenção estatal em prol do “clima de negócios” e do sistema financeiro em detrimento do meio-ambiente ou do bem-estar do povo. Tudo isso parece estar longe de realizar os direitos individuais (mesmo que haja prevalência do direito à

propriedade individual), o estado democrático de direito e as instituições do livre mercado e do livre comércio, como é apregoadado pela doutrina.

Por fim, cabe o levantamento das quatro características eleitas por Harvey acerca da acumulação por espoliação, própria do neoliberalismo:

- I. privatização e mercadificação;
- II. financialização;
- III. administração e manipulação das crises;
- IV. redistribuições via estado.

Certamente, estas conceituações são muito próximas àquelas erigidas pela teoria marxista da dependência que centrava seu foco de análises nos efeitos do capitalismo nos países subdesenvolvidos a partir do conceito de superexploração do trabalho. Harvey, como é perceptível, parte da luta de classes, ainda que não tornando o proletariado um sujeito da transformação metafísico. A historicidade do conceito reside na visualização material de uma história dos vencidos, a qual continua renitentemente encoberta pela história dos vencedores, a história do neoliberalismo, a qual deverá sofrer novas análises pós-crise estrutural do capitalismo, em 2008.

E tanto é verdade essa assunção crítica da noção complexa de classes em luta que Harvey não aceita facilmente o discurso do direito e dos direitos humanos ainda que não o descarte concretamente. Segundo ele, o problema destes discursos é que têm de comungar com algo daqueles mesmos discursos que legitimam o neoliberalismo pela absolutização e universalização dos direitos humanos tais quais o de propriedade individual. De qualquer forma, ainda aí há possíveis saídas, em especial a partir da busca por justiça social, mesmo que seja gelatinoso o conceito de “justiça”. Isto leva à problemática das alternativas para o neoliberalismo, não só como discurso, mas também como produção efetiva da vida.

4 UM PROBLEMA GEOPOLÍTICO: A ORDEM GLOBAL

A mundialização – termo que dá a devida dimensão ao fenômeno ao demonstrar ser uma construção humana e não um dado natural, como ficou implícito ao vernáculo “globalização” – apresenta-se como uma questão geopolítica na medida em que se insere e impõe uma dada ordem global.

Todos os autores, com uma perspectiva crítica acerca do fenômeno da mundialização do capital, referem-se a ele de acordo com um emaranhado de fatos históricos, casuística que poderia parecer vã se não fosse o esclarecimento que sempre deve ser pressuposto a este tipo de descrição: a globalização econômica, necessariamente, se insere numa situação geopolítica, uma vez que é um fenômeno social ligado às macroestruturas humanas.

Esta situação geopolítica pode ser explorada de várias maneiras pelos analistas. Noam Chomsky, por exemplo, coloca o surgimento da doutrina neoliberal dentro do contexto do pós-guerra e da hegemonia ocidental dos Estados Unidos:

No planejamento secreto do pós-guerra, foi atribuído a cada região do globo um papel específico. A “função primordial” do sudeste da Ásia era fornecer matéria-prima para as potências industriais. A África seria “explorada” em benefício da recuperação econômica da Europa. E assim por diante, no mundo inteiro.

Na América Latina, Washington pretendia implementar a Doutrina Monroe, porém de um modo muito especial, uma vez mais. O presidente Wilson, famoso por seu idealismo e seus elevados princípios morais, admitiu secretamente que, “ao defender a Doutrina Monroe, os Estados Unidos levam em conta os seus próprios interesses”. Os interesses dos povos latino-americanos são meramente ‘incidentais’ e não um problema nosso. Ele reconheceu que “pode parecer que nos baseamos em puro egoísmo”, mas afirmou que “a doutrina não tem motivos mais elevados ou generosos”. Os Estados Unidos lutaram para desalojar a Inglaterra e a França, seus rivais tradicionais, e estabelecer uma aliança regional sob seu controle à parte do sistema mundial, onde tais arranjos não eram admissíveis.

As “funções” da América Latina foram esclarecidas numa conferência hemisférica, em fevereiro de 1945, na qual Washington propôs uma “Carta Econômica das Américas” que eliminaria o nacionalismo econômico “sob todas as suas formas”. Os planejadores de Washington sabiam que não seria fácil impor um tal princípio. Documentos do Departamento de Estado advertiram que os latino-americanos preferem “políticas destinadas a promover uma melhor distribuição da riqueza e a elevar o nível de vida das massas” e estão “convencidos de que o maior beneficiário do desenvolvimento dos recursos de um país deve ser o povo do próprio país”. Tais idéias são inaceitáveis: os

“maiores beneficiários” dos recursos de um país são os investidores norte-americanos, e a América Latina deve cumprir a sua função de serviço sem preocupações irracionais com o bem-estar geral ou com um “desenvolvimento industrial excessivo” que possa prejudicar os interesses dos Estados Unidos.

São também conhecidos os efeitos da violência em larga escala utilizada para assegurar a “prosperidade do sistema capitalista mundial”. Uma recente conferência jesuítica em San Salvador assinalou que, com o decorrer do tempo, a “cultura do terror acabou por domesticar as expectativas da maioria”. As pessoas talvez nem pensem mais em “alternativas diferentes das apresentadas pelos poderosos”, para os quais isto é uma grande vitória da liberdade e da democracia.

Esses são alguns contornos da ordem global na qual foi forjado o *Consenso de Washington* (CHOMSKY, 2002, p. 25-27).

Pois bem, esta ordem de análises que privilegia o contraste entre os discursos públicos e os documentos secretos nos faz remeter a um passado não muito distante que, em realidade, esteve às portas do processo histórico ligado à ascensão neoliberal. Para o caso brasileiro, bastante interessante seria lembrar a obra de Golbery do Couto e Silva, mentor intelectual da doutrina de segurança nacional que vigeria no Brasil e que influenciaria todo o continente latino-americano.

Volta, portanto, a fazer sentido o discurso de Golbery do Couto e Silva, para quem, astutamente, o ocidente precisava da América Latina, assim como esta necessitava daquele, e que, numa impressionante inversão do ideário latino-americanista, dizia: “para nós, povos desta outra América ainda embrionária e em luta com a miséria e a fome, o penhor supremo da redenção é o senso das responsabilidades próprias na defesa do Ocidente”. E o que significava esta defesa, a qual ganhou o nome pouco oportuno de defesa ou segurança nacional? Eis a resposta: “que estaremos prontos a defender, sem tegiversações covardes nem subterfúgios desonrosos, quando soar a hora extrema da prova” (SILVA, 1981, p. 250). E esta prova é a prova de fogo da guerra: “essa é a guerra – total, permanente, global, apocalíptica – que se desenha, desde já, no horizonte sombrio de nossa era conturbada. E só nos resta, nações de qualquer quadrante do mundo, prepararmo-nos para ela, com determinação, com clarividência e com fé” (SILVA, 1981, p. 12). São

trechos, das conclusões e da introdução, do livro de Couto e Silva, chamado “Geopolítica do Brasil” e escrito em 1966.

Este “penhor supremo” liga as realidades políticas do Brasil às dos EUA na medida em que aquele se apresenta como área de influência para este. Mas o Brasil é só um exemplo, como não se cansa de insistir Chomsky, que cita, dentre outros, também a Nicarágua, Cuba, Chile, Guatemala, Itália, China, Rússia, Índia, México, Taiwan, Coreia do Sul, Venezuela, Japão, para citar apenas alguns. O mesmo valeria para os exemplos de David Harvey, tais quais, afora os já citados, Argentina, Suécia, Afeganistão e Iraque.

Assim, apesar de a globalização não ser um fenômeno novo, só quando da intensificação descomunal do comércio internacional é que se pôde construir um novo panorama no qual se passava a superar as dimensões espaço-temporais que até então restringiam a humanidade. No pós-guerra é que isso se apresenta, consolidando-se na década de 1980, como visto.

4.1 A guerra total e a hegemonia a qualquer custo

Lembrar a doutrina da segurança nacional latino-americana como aspecto teórico da marcha da construção e legitimação do neoliberalismo na periferia do mundo também incita à recordação da experiência chilena na implementação das políticas neoliberais para o continente. Mais uma vez, fiquemos com as palavras de Harvey:

a primeira experiência de neoliberalização ocorreu no Chile depois do golpe de Pinochet no “pequeno 11 de setembro” [...]. O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende foi patrocinado por elites de negócios chilenas ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela CIA e pelo secretário de Estado Henry Kissinger. Reprimiu com violência todos os movimentos sociais e organizações de esquerda e desmontou todas as formas de organização popular (como os centros comunitários dos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi “liberado” de restrições regulatórias ou institucionais (o poder sindical, por exemplo). Mas como se iria recuperar a economia estagnada? As políticas de substituição de importações (que promoveram a indústria nacional mediante subsídios ou barreiras tarifárias) que

tinham dominado as tentativas latino-americanas de desenvolvimento econômico estavam em baixa, especialmente no Chile, onde nunca tinham funcionado muito bem. Com o mundo inteiro em recessão econômica, havia necessidade de uma nova abordagem (HARVEY, 2008, p. 17-18).

E qual a resposta para a pergunta de Harvey: “mas como se iria recuperar a economia estagnada?” Ei-la: “um grupo de economistas conhecidos como ‘the Chicago boys’, por causa da adesão às teorias neoliberais de Milton Friedman, então professor da Universidade de Chicago, foi chamado para ajudar a reconstruir a economia chilena” (HARVEY, 2008, p. 18).

Pois bem, dessa maneira encontramos a ascendência do fenômeno contemporâneo, generalizado e aperfeiçoado em conformidade com o desenvolvimento da economia de mercado financeirizada. Em tempos do “grande 11 de setembro” (que vai, pelo menos, do atentado às torres gêmeas em Nova Iorque até o anúncio da morte de seu principal articulador dez anos depois, Osama Bin Laden), das invasões do Afeganistão e do Iraque, pelos EUA, e do presidente deste último ter sido considerado digno de receber um prêmio de homenagem à propulsão da paz (o Nobel da Paz, em 2009), talvez fique um tanto obscuro o resgate feito acima.

Ocorre, no entanto, que com o fim da guerra fria e com o ascenso das políticas de globalização e neoliberalismo, nota-se uma busca pela “hegemonia a qualquer custo” por parte da superpotência que melhor encarna, ainda que não exclua as outras, esta hegemonia. Os Estados Unidos vêm, há muito, “procurando de todas as formas impor pela diplomacia, pela força econômica e financeira ou pelo poder militar essa liderança” (COSTA, 2009, p. 210). Estas três dimensões não podem nunca ser ofuscadas quando nos referimos ao neoliberalismo. Desse modo, faz sentido uma breve e final incursão sobre o problema que tal hegemonia a qualquer custo gera, no sentido de criar uma guerra total.

Dá valer a pena retomar uma instigante reflexão, fruto de uma reunião do Grupo de Trabalho Hegemonia e Emancipações do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), da economista mexicana Ana Esther Ceceña.

Os estudos de Ceceña refletem uma das grandes preocupações dos intelectuais da periferia e semiperiferia do mundo hodierno. Desde os estudos culturais pós-coloniais até o grupo de estudo latino-americano do

giro (des)colonial, estas discussões vêm ganhando força e, talvez, para dar o exemplo do contexto jurídico, o nome de Boaventura de Sousa Santos seja o mais representativo em termos de divulgação editorial. Em um dos seus últimos escritos, consubstanciou a mudança de perspectiva de seu pensamento: ele que se reivindicava um teórico pós-moderno de contestação, agora se diz um pós-colonialista oposicional (SANTOS, 2006, p. 25 e seg.). No entanto, muitos são os autores que, na periferia do sistema-mundo colonial/moderno/capitalista, vêm construindo sua obra a partir dessas preocupações.²

Ceceña acaba por seguir o mesmo rumo, ainda que com preocupações de estudo bastante específicas. O problema central de Ceceña é a militarização do mundo, em sentido total, indo do átomo e chegando ao cosmos. A globalização e o neoliberalismo deixam, cada vez mais, cair suas máscaras econômicas, bélicas e culturais. E, entretentes, instauram uma “estratégia universal de contra-insurgência” (CECEÑA, 2008, p. 13). Quer dizer, operam um mundo de finanças, tecnologia e informação encarapitado na dissuasão da revolta, em uma hegemonia da anti-revolução.

A tecnologia, e seu uso dual (dualidade esta caracterizada pelo desenvolvimento tecnológico puro acompanhado de seu uso para controle social), confirma este estado constante de contra-insurgência que é caracterizado em suas últimas conseqüências: tamanho é o “contra-reformismo” (para brincar com expressão histórico-teológica européia que nos é tanto familiar) que a sociedade (regional, nacional ou global) alberga, que ela passa a ser vista como um “coletivo universal de suspeitos” (CECEÑA, 2008, p. 14). Todos, portanto, são potenciais inimigos e, assim, a “arte da guerra” se desdobra em eterna guerra preventiva.

Para comprová-lo, Ceceña lembra das 725 bases reconhecidamente existentes pelo mundo, segundo os próprios Estados Unidos, seus “mecenas”. Mecenato bélico que encontra nas Américas, Ásias e Áfricas seus principais alvos. O mundo, portanto, é a nação estadunidense e, logo, a segurança nacional é a de todo o planeta e para além de ele. O Plano Colômbia, a guerra do Iraque e a exploração mineral em África (os EUAAS dependem, por exemplo, de 100% de minerais metálicos como o manganês, o índio, o nióbio, a bauxita e a

² Para citar apenas os latino-americanos, vale lembrar que Aníbal Quijano, Walter Dignolo e Enrique Dussel são dos mais festejados.

alumina, para não citar os 99% de gádio, 91% de platino e assim por diante; os principais fornecedores são os países africanos e de outros continentes) são seus mais fortes índices.

De tal modo, perpetua-se nos corpos e mentes de povos e nações a impossibilidade da superação do regime mundial assim configurado. É melhor não intimidá-lo; do contrário, a guerra é inevitável. E as multinacionais mais a indústria cultural estão aí para assegurá-lo (MATTELART; DORFMAN, 1987).

A estratégia militar, aliás, é reconhecidamente um dos principais flancos da globalização e do neoliberalismo. Samuel Pinheiro Guimarães fala em quatro estratégias dos Estados Unidos para a conquista da hegemonia absoluta no mundo e dentre elas – a política, a econômica e a ideológica – está a militar: “a grande estratégia militar dos Estados Unidos poderia ser resumida na idéia de manter a hegemonia militar adquirida na Segunda Guerra Mundial, em termos de presença e de liderança tecnológica, de modo a garantir a expansão econômica pacífica dos interesses americanos, o bem-estar e a segurança da sociedade americana” (GUIMARÃES, 2000, p. 14).

No entanto, não se trata de um artifício apenas dos EUA, pois seu exemplo é seguido de perto pelas demais nações com propensões imperialistas ou mesmo subimperialistas.

O caso brasileiro de como se absorve este ideário é interessante de ser notado, ainda que devesse receber um tratamento especial, o que não pode ser realizado em sede deste artigo. De qualquer modo, vale a lembrança de que a “guerra total” da qual nos fala Ceceña se incorpora no cotidiano e que, por exemplo, o Brasil se utiliza dos expedientes militares para controlar sua sociedade (a “guerra contra o narcotráfico” é mais do que sugestiva), bem como para avançar sobre outras (como ocorre com as operações de paz brasileiras no exterior, haja vista o caso coevo do Haiti).³ Assim, a prática militar se ressignifica no contexto neoliberal, pois deve se adequar aos escopos da grande tecnologia bélica. E tal ideário legitima posições do que seja a política baseadas na epistemologia do “inimigo”.

³ Em tom laudatório, Tarrisse da Fontoura afirma: “o Brasil, que sempre atua dentro de suas possibilidades financeiras, materiais e humanas, enviou, no período 1948-2007, cerca de 18 mil militares, policiais e civis para mais de 40 missões, além de ter cedido homens e equipamentos para duas Forças Multinacionais. Tornou-se, ao longo dos anos, um dos mais tradicionais contribuintes de contingentes para as operações de paz” (FONTOURA, 2009, p. 18).

Daí, segundo Ceceña, a necessidade da subversão epistemológica, que realiza a disputa pela hegemonia no plano cultural. As mobilizações insurgentes se enraízam em seus territórios, e estes são complexos porque reais e simbólicos – e é Ana Esther quem diz. Congregam a sociedade como povo e aglutinam, concretamente, a força da transformação estrutural daquilo que estruturalmente pesa sobre nossas costas.

UM PROBLEMA DE ALTERNATIVAS: CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

O problema das alternativas é crucial para a visualização coerente do projeto neoliberal. Não é ele o “fim da história”, portanto pode ser superado. Mas sua superação não é simples, valendo, portanto, a reflexão a seguir:

que tipo de sociedade deixa como legado estes quinze anos de hegemonia ideológica do neoliberalismo? Uma sociedade heterogênea e fragmentada, marcada por profundas desigualdades de todo tipo – classe, etnia, gênero, religião, etc. – que foram exacerbadas com a aplicação das políticas neoliberais. [...]

É mais do que nunca essencial constituir uma genuína alternativa ao neoliberalismo dominante. Essa tarefa só poderá ser realizada por um conjunto plural de forças de inspiração socialista que seja capaz de reconciliar os ideais fundamentais de justiça, de liberdade, de democracia e de igualdade com as necessidades práticas de reconstrução econômica e social que haverá que empreender nem bem chegue a seu termo o dilúvio neoliberal. Essa hora não está muito longe e se chegarmos tarde ao encontro, ou acudimos a ela sem propostas concretas e viáveis, o resultado bem poderá ser a inauguração de uma época marcada por uma barbárie de novo tipo. Dependerá em grande parte de nós que isto ocorra (BORÓN, 1996, p. 104-112).

Para Chomsky, os exemplos da insurreição zapatista e do fracasso do AMI – Acordo Multilateral sobre o Investimento – por recusa da população estadunidense e de outros países é uma resposta clara para o problema das alternativas ao neoliberalismo. E ele está fundado na “arma definitiva” que não pode ser outra senão a “maioria da população”,

mesmo que baseada em redes virtuais – sobre as quais faz um bastante interessante estudo Manuel Castells (2008, p. 93 e seg.).

Por outro lado, para Harvey, há dois caminhos possíveis: apostar nos movimentos de oposição já existentes e consolidados ou em novas análises conjunturais as quais poderiam gerar nova práxis. Na realidade não se trata de posições incompatíveis, antes são complementares. No entanto, fica a ressalva da necessidade de se explorar as contradições evidentes do projeto neoliberal e de seus congêneres (como o neoconservadorismo) e dessa forma frisar que neoliberalismo e democracia são antípodas. Daí a proposta de se resgatar o horizonte democrático.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 63-112.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura – O poder da identidade*. 6 ed. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, vol. 2, 2008.

CECEÑA, Ana Esther. Sujeitando o objeto de estudo, ou Da subversão epistemológica como emancipação. In: _____ (org.). *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. Tradução de Cecília Martha Botana. São Paulo: Expressão Popular; Buenos Aires: CLACSO, 2008. p. 11-40.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução de Silva Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas?: neoliberalismo e ordem global*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COSTA, Edmilson. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. *Brasil: 60 anos de operações de paz*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2009.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose D. *Liberdade de escolher: o novo liberalismo econômico*. Tradução de Ruy Jungmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, s. d.

GARZA TOLEDO, Enrique. Neoliberalismo e estado. In: LAURELL, Ana Cristina (org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. Tradução de Rodrigo Leon Contrera. São Paulo: Cortez, 1995, p. 71-89.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *A política dos Estados Unidos para o mundo e o Brasil*. 3 ed. São Paulo: Consulta Popular, 2000.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, Abili Lázaro Castro de. *Globalização econômica, política e direito: análise das mazelas causadas no plano político-jurídico*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

MATTELART, Armand; DORFMAN, Ariel. *Para ler o Pato Donald: comunicação de massa e colonialismo*. Tradução de Álvaro de Moya. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SAXE-FERNÁNDEZ, John. *Terror e imperio: la hegemonia política y económica de Estados Unidos*. México, D. F.: Random House Mondadori, 2005.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Tradução de Álvaro L. M. Valls. Petrópolis: Vozes, 1992.

SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura política nacional: o poder executivo*. – *Geopolítica do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.